

## Demonstrações Contábeis Regulatórias

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.  
CNPJ: 19.486.977/0001-99

31 de dezembro de 2018  
com Relatório do Auditor Independente

# Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias  
Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018

## Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias .....	1
Demonstrações contábeis regulatórias auditadas	
Balanço patrimonial.....	5
Demonstração do resultado .....	6
Demonstração do resultado abrangente .....	7
Demonstração da mutação do patrimônio líquido .....	8
Demonstração do fluxo de caixa .....	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias .....	10

## Relatório da Administração Regulatório

A Administração da Mariana Transmissora de Energia S.A. (“Mariana” ou “Companhia”) tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas o Relatório da Administração Regulatório em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, com o objetivo de divulgar o desempenho da Companhia para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

## A Companhia

A Mariana é uma subsidiária integral da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“Taesa”), e, de acordo com o previsto no Contrato de Concessão assinado com a ANEEL, a Taesa, como acionista controlador, possui o compromisso de garantir que todas as obrigações e encargos estabelecidos no referido contrato sejam cumpridos. A MAR atuará no segmento de transmissão de energia elétrica, na região Sudeste.

Concessionária privada do serviço público de transmissão de energia elétrica, a Companhia detém a concessão de linha de transmissão da Rede Básica que compreenderá 02 subestações e aproximadamente 82 km de linha de transmissão, que ainda estão em fase de construção, na tensão de 500 kV. A Companhia receberá Receita Anual Permitida (RAP) reajustada pelo IPCA e correção a partir de julho de cada ano.

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia concentrou esforços na construção de linha de 82 km de extensão, conforme quadro a seguir:

Projetos de Linha – Características Físicas						
Linha de Transmissão	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Capacidade Transformação (MVA)	Previsão Operação Comercial	Vencimento da Outorga
Itabirito II – Vespasiano II	Simples	500	82	N/A	Dez/2019	Mai/2044

Projetos de Linha – Evolução Física e Investimentos				
Linha de Transmissão	Evolução Física em 31/12/2017	Investimento realizado até 31/12/2017	Evolução Física até 31/12/2018	Investimento realizado até 31/12/2018
Itabirito II – Vespasiano II	33,25%	R\$ 66.400	48,64%	R\$ 88.416

RAP Esperada - em moeda constante de 31/12/2018								
Linha de Transmissão		2018	2019	2020	2021	2012	2023	2024
MAR		-	-	16.410	16.410	16.410	16.410	16.410

## Governança Corporativa

A Taesa realiza atividades de “back-office” para atividades administrativas da MAR e procura implantar na concessão os mesmos princípios de Governança Corporativa e Qualidade, comuns a todas as concessões do Grupo.

## Declaração da Diretoria

Os membros da Diretoria, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis Regulatórias da Companhia e com a opinião dos auditores independentes da Companhia expressa no Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Regulatórias de 31 de dezembro de 2018.

## Relacionamento com o Auditor Independente

A Companhia contratou a Ernst&Young Auditores Independentes S.S. ("EY Brasil") para prestar serviços de auditoria independente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 pelo valor de R\$45 mil.

As políticas da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa do seu auditor independente visam assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.

Durante o exercício de 2018 nossos auditores independentes prestaram serviços para análise e diagnóstico das mudanças ocorridas nas normas contábeis, vigentes a partir de 1º de janeiro de 2018: CPC48 (IFRS 9) e CPC47 (IFRS15) e a partir de 2019: CPC 06 (R2) (IFRS 16). A Administração foi responsável pelo julgamento sobre os impactos oriundos das aplicações das respectivas normas, os quais estão divulgados em nota explicativa na demonstração financeira de 2018. A prestação de serviço foi custeada pela controladora Taesa.

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias**

Aos  
Acionistas, Conselheiros e Diretores da  
**Mariana Transmissora de Energia S.A.**  
Rio de Janeiro - RJ

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Mariana Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mariana Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase – Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias**

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas para auxiliar a Mariana Transmissora de Energia S.A. a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

## **Outros assuntos**

A Mariana Transmissora de Energia S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, sem ressalva e com ênfase de Adoção ao CPC 47 – Receita de contrato com cliente, com data de 21 de março de 2019.

## **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2019.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6



Pia Leocádia de Avellar Peralta  
Contadora CRC-1RJ 101080/O-0

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.  
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017
<b>Ativos</b>			
<b>Ativos circulantes</b>			
Caixa e Equivalentes de caixa	4	14	15
Títulos e valores mobiliários	5	2.839	403
Impostos e contribuições sociais	6	271	240
Outras contas a receber		105	102
<b>Total dos ativos circulantes</b>		<b>3.229</b>	<b>760</b>
<b>Ativos não circulantes</b>			
Depósitos Judiciais		3.817	3.840
Imobilizado	7	67.490	55.715
Intangível	7	21.965	10.943
<b>Total dos ativos não circulantes</b>		<b>93.272</b>	<b>70.498</b>
<b>Total dos ativos</b>		<b>96.501</b>	<b>71.258</b>
<b>Passivos</b>			
<b>Passivos circulantes</b>			
Fornecedores		4.410	1.913
Impostos e contribuições sociais	6	212	165
Dividendos a pagar	8	4.350	806
Outras contas a pagar		122	80
<b>Total dos passivos circulantes</b>		<b>9.094</b>	<b>2.964</b>
<b>Passivos não circulante</b>			
Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	9	4.163	3.744
<b>Total dos passivo não circulante</b>		<b>4.163</b>	<b>3.744</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social		87.416	25.384
Reserva de lucros		50.234	2.023
Recursos destinados a aumento de capital		-	39.041
(Prejuízos) acumulados		(54.406)	(1.898)
<b>Total do patrimônio líquido</b>	10	<b>83.244</b>	<b>64.550</b>
<b>Total dos passivos e do patrimônio líquido</b>		<b>96.501</b>	<b>71.258</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.



Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.  
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Demonstração do resultado para o exercício findo  
em 31 de dezembro de 2018  
(Valores expressos em milhares de reais- R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Pessoal	11	-	(496)
Serviços de terceiros		(947)	(464)
Outras despesas operacionais líquidas		<u>(70)</u>	<u>(5)</u>
Despesas operacionais		<u>(1.017)</u>	<u>(965)</u>
Resultado da atividade		<u>(1.017)</u>	<u>(965)</u>
Receitas financeiras		432	33
Despesas financeiras		<u>(40)</u>	<u>(104)</u>
Receitas (despesas) financeiras líquidas		<u>392</u>	<u>(71)</u>
Resultado antes dos impostos e contribuições		<u>(625)</u>	<u>(1.036)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	12	<u>(128)</u>	<u>(8)</u>
(Prejuízo) do exercício		<u><u>(753)</u></u>	<u><u>(1.044)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.  
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Demonstração do resultado abrangente para o exercício findo  
em 31 de dezembro de 2018  
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
(Prejuízo) do exercício	<u>(753)</u>	<u>(1.044)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u><u>(753)</u></u>	<u><u>(1.044)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.  
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo  
Em 31 de dezembro de 2018  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros		Recursos destinados a aumento de capital	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
			Legal	Especial			
Saldos em 31 de dezembro de 2016	10	25.384	-	-	-	1.828	27.212
Adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC (Prejuízo) do exercício		-	-	-	39.041	-	39.041
Destinações societárias do exercício:							
Reserva Legal		-	139	-	-	(139)	-
Reserva Especial		-	-	1.884	-	(1.884)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(659)	(659)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	10	25.384	139	1.884	39.041	(1.898)	64.550
Aumento de capital (Prejuízo) do exercício		62.032	-	-	(39.041)	-	22.991
Destinações societárias do exercício:							
Reserva Legal		-	746	-	-	(746)	-
Reserva Especial		-	-	47.465	-	(47.465)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(3.544)	(3.544)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	10	87.416	885	49.349	-	(54.406)	83.244

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.  
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Demonstração dos Fluxos de Caixa para o exercício findo  
em 31 de dezembro de 2018  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
(Prejuízo) do exercício		(753)	(1.044)
Ajustes para:			
Provisões de contingências cíveis		442	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	12	128	8
Receitas Financeiras		(432)	(33)
Variações nos ativos e passivos:			
(Aumento) no saldo de impostos e contribuições sociais ativos, líquido dos passivos		(47)	(203)
Aumento (redução) no saldo de fornecedores		2.497	(5.448)
Aumento nas outras contas a pagar		17	58
Redução (aumento) nas outras contas a receber e depósitos judiciais		21	(198)
Caixa gerado (aplicado) nas atividades operacionais		<u>1.873</u>	<u>(6.860)</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		<u>(64)</u>	<u>(6)</u>
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais		<u>1.809</u>	<u>(6.866)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
(Aumento) no saldo de títulos e valores mobiliários		(2.004)	(67)
Adições no imobilizado e intangível	7	<u>(22.797)</u>	<u>(32.103)</u>
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimentos		<u>(24.801)</u>	<u>(32.170)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Aumento de capital	10	22.991	-
Recursos destinados ao aumento de capital- AFAC	10	-	39.041
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		<u>22.991</u>	<u>39.041</u>
(Redução) aumento líquido nos equivalentes de caixa		<u>(1)</u>	<u>5</u>
Saldo inicial dos equivalentes de caixa	4	15	10
Saldo final dos equivalentes de caixa	4	<u>14</u>	<u>15</u>
(Redução) aumento líquido nos equivalentes de caixa		<u>(1)</u>	<u>5</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.  
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

## 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Mariana Transmissora de Energia S.A. ("Mariana" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 18 de dezembro de 2013, que tem como objeto principal a exploração da concessão de serviços públicos de transmissão relativos às instalações de transmissão de energia elétrica denominada Itabirito II - Vespasiano II de 500Kv, conforme estabelecido no Edital de Leilão nº 013/2013, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em 2 de maio de 2014, a Companhia assinou, com a ANEEL, o contrato de concessão nº 011/2014 para construção, operação e manutenção da linha de transmissão pelo prazo de 30 anos, cuja previsão para início das operações é dezembro de 2019.

Em 21 de fevereiro de 2017 o Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM, emitiu a Licença Prévia Ambiental e solicitou o atendimento de algumas condicionantes para a formalização da Licença de Instalação. A Licença de Instalação/Operação foi deliberada em 21 de dezembro de 2018 e iniciada a fase de construção da linha de transmissão, com duração estimada de 14 (quatorze) meses a partir desta data.

Embora haja expectativa de cumprimento do prazo previsto no contrato de concessão firmado, para a entrada em operação da linha de transmissão, a Administração da Mariana encontra-se em tratativas junto à ANEEL buscando revisão de determinadas condições contratuais relacionadas à receita anual permitida, tendo como base os eventuais impactos decorrentes do atraso na emissão da licença de instalação pelo órgão ambiental competente.

A Administração da Companhia não possui expectativa de incorrer em penalidades em eventual atraso caso a data de entrada em operação não seja cumprida, pois entende que este seria decorrente de fatos não imputáveis à Companhia passíveis de comprovação perante à ANEEL (atraso na emissão da licença de instalação). Consequentemente, nenhuma provisão foi constituída nesta data relacionada a este tema.

A MAR é uma subsidiária integral da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa"), e, de acordo com o previsto no Contrato de Concessão assinado com a ANEEL, a Taesa, como acionista controlador, possui o compromisso de garantir que todas as obrigações e encargos estabelecidos no referido contrato sejam cumpridos.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentava excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$5.865, decorrente, principalmente, da conta "Fornecedores". Para equalização do capital circulante negativo, a Companhia conta com aportes de recursos a serem efetuados pela Taesa.

## 2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela ANEEL através da resolução normativa nº 605, de 11 de março de 2014. As demonstrações contábeis regulatórias foram aprovadas pela Administração em 29 de abril 2019.

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.  
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas para a preparação das demonstrações financeiras societárias e demonstrações contábeis regulatórias, uma vez que o MCSE especifica um tratamento ou divulgação alternativa para certos aspectos. As diferenças para as práticas contábeis adotadas para a preparação das demonstrações financeiras societárias e demonstrações contábeis regulatórias estão descritas na nota explicativa nº 18.

#### 2.1. Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros não derivativos, mensurados ao valor justo por meio do resultado.

#### 2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### 2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

a) Avaliação de instrumentos financeiros - são utilizadas premissas e técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

b) Impostos, contribuições e tributos - existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos, já registradas. São constituídas provisões, quando aplicável, com base em estimativas para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua, baseadas em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas em conformidade com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

#### 3.1. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração - Itens do imobilizado operacional e administrativo são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

Depreciação - Itens do ativo imobilizado operacional e administrativo são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. As taxas anuais de depreciação estão determinadas no Manual de Controle Patrimonial emitido por meio da Resolução Aneel nº 674 de 11 de agosto de 2015.

### 3.2. Intangível

Reconhecimento e mensuração - Registrado ao custo de aquisição ou construção. Ganhos e perdas na alienação de um item do intangível (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do intangível), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

Amortização - A amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A amortização do ágio quando aplicável, é reconhecida no resultado baseando-se no prazo remanescente da concessão.

### 3.3. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, que é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem taxas bancárias, PIS e COFINS sobre receitas e multas e juros.

### 3.4 Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros não derivativos - os ativos financeiros (incluindo os ativos determinados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento, compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia possui passivos financeiros não derivativos na categoria: Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado - um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.  
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício  
findo em 31 de dezembro de 2018  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, são reconhecidas no resultado do exercício.

b) Passivos financeiros não derivativos - a Companhia reconhece títulos de dívidas emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia possui passivos financeiros não derivativos na categoria: Outros passivos financeiros ao custo amortizado - reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

c) Instrumento patrimonial - Capital social - ações ordinárias - são classificadas no patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto social, são reconhecidos como passivo.

### 3.5. Redução ao valor recuperável ("impairment")

a) Ativos financeiros - um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A indicação de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

b) Ativos não financeiros - os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e a contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou da Unidade Geradora de Caixa - UGC exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor



Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.  
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo (ou da UGC) para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a UGC). Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida, exceto ágio. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

### 3.6. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base no regime do lucro presumido considerando as seguintes premissas: (i) Imposto de renda - base de cálculo de 8% da receita, alíquota do imposto de renda de 15% e adicional de 10% sobre a base tributável excedente de R\$240; e (ii) Contribuição social - base de cálculo de 12% da receita e alíquota da contribuição social de 9%.

A base de cálculo é a receita bruta auferida trimestralmente acrescida de ganhos de capital, dos rendimentos e ganhos líquidos auferidos em aplicações financeiras (renda fixa e variável) e das variações monetárias ativas e demais resultados positivos obtidos pela Companhia.

### 3.7. Normas e interpretações novas e revisadas

3.7.1. Novas normas aplicadas a partir de 1º de janeiro de 2018 mas ainda não aprovadas pela ANEEL.

Dado o não posicionamento da ANEEL quanto à adoção e convergência dos Pronunciamentos Técnicos CPC 48 - Instrumentos Financeiros e Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes, com vigência a partir de janeiro de 2018, os eventuais impactos da adoção dos referidos pronunciamentos não estão sendo considerados na elaboração destas demonstrações contábeis regulatórias, sendo divulgados somente nas demonstrações financeiras societárias emitidas em 21 de março de 2019.

3.7.2. Normas emitidas, mas ainda não vigentes até a data das demonstrações contábeis regulatórias da Companhia:

Pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados pelo CPC, que passarão a vigorar a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019 para fins societários:

CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil - O CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional IFRS 16 – Leases, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1), equivalente à norma internacional IAS 17). O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários – arrendamentos de ativos de "baixo valor" (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício  
findo em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso. Não há alteração substancial na contabilização dos arrendadores com base no CPC 06 (R2) em relação à contabilização atual de acordo com o CPC 06 (R1). Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação do CPC 06 (R1), distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros. O CPC 06 (R2), que vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas no CPC 06 (R1).

A Companhia planeja adotar o CPC 06 (R2) utilizando a abordagem modificada da retrospectiva e optará por adotar a norma para contratos que foram anteriormente identificados como arrendamentos que utilizam o CPC 06 (R1) e o ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Portanto, a Companhia não aplicará a norma a contratos que não tenham sido previamente identificados como contratos que contenham um arrendamento nos termos do CPC 06 (R1) e o ICPC 03 e optará por utilizar as isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial, e contratos de arrendamento cujo ativo objeto seja de baixo valor.

A Companhia possui baixo volume com contratos de arrendamentos, cujos valores não são representativos. Não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras societárias com a adoção do CPC 06 (R2).

Melhorias anuais - Ciclo 2015-2017 - CPC 32 - Tributos sobre o lucro - As alterações esclarecem que as consequências do imposto de renda sobre dividendos estão vinculadas mais diretamente a transações ou eventos passados que geraram lucros distribuíveis do que às distribuições aos titulares. Portanto, a entidade reconhece as consequências do imposto de renda sobre dividendos no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido conforme o lugar em que a entidade originalmente reconheceu estas transações ou eventos passados. Embora o CPC tenha sido atualizado pela revisão nº 13, pela legislação tributária brasileira essa melhoria não é aplicável à Companhia.

Interpretação IFRIC 23 - Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda - A Interpretação (ainda sem correspondência equivalente emitida pelo CPC no Brasil, mas que será emitida como ICPC 22) trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte: (i) se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente; (ii) as suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais; (iii) como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto; e (iv) como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação vigora para períodos anuais iniciados a

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

partir de 1º de janeiro de 2019, mas são disponibilizadas determinadas isenções de transição. A Companhia adotará a interpretação a partir da data em que entrar em vigor.

A Companhia aguarda pronunciamento da ANEEL para a definição sobre a adoção das mesmas para fins de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

#### 4. EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2018	31/12/2017
Bancos	14	15

#### 5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais a preços e condições de mercado.

	31/12/2018	31/12/2017
Investimento em cotas de fundos – “Pampulha” – Ativo circulante	2.839	403
Taxa de rentabilidade anual acumulada	102,65% do CDI	104,54% do CDI

Fundo de investimento FIC de FI Pampulha - fundo não exclusivo, administrado e gerido pela BNP PARIBAS Asset Management, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

#### 6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	31/12/2018	31/12/2017
<u>Ativo Circulante</u>		
Imposto de Renda a compensar	150	150
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	87	56
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS a compensar	34	34
	271	240
<u>Passivo Circulante</u>		
INSS, FGTS, ISS e ICMS	139	105
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	50	43
Outros	23	17
	212	165

#### 7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Imobilizado	Valor Bruto em 2017	Adições	Valor Bruto em 2018	Valor Líquido 2018	Valor Líquido 2017
<u>Ativo Imobilizado em Curso</u>					
<u>Transmissão</u>					
Terrenos				1.355	510
Edificação	2	2	4		
Máquinas e equipamentos	53.348				
Veículo	-	2	2		-

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.  
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Móveis e Utensílios		1	13	13	12
Adiantamento a Fornecedores (a)	1.843	1.346	3.189	3.189	1.843
<b>Total do Ativo Imobilizado</b>	<b>55.715</b>	<b>11.775</b>	<b>67.490</b>	<b>67.490</b>	

(a) Adiantamentos a fornecedores para aquisição de materiais e equipamentos relacionados às instalações de transmissão de energia elétrica.

Intangível	Valor Bruto em 2017	Adições	Valor Bruto em 2018	Valor Líquido 2018	Valor Líquido 2017
Ativo Intangível em Curso					
Intangíveis em curso (a)	10.943	11.022	21.965	21.965	10.943
<b>Total do Ativo Intangível</b>	<b>10.943</b>	<b>11.022</b>	<b>21.965</b>	<b>21.965</b>	<b>10.943</b>

(a) Saldo pulverizado ainda não unitizado e composto por marcas e patentes, softwares, serviços prestados capitalizáveis, entre outros.

	Taxas anuais médias de depreciação	2018			2017
		Valor Bruto	Deprec. e amortiz. acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em curso					
Transmissão - Custo histórico	-	89.455	-	89.455	66.658
<b>Total do imobilizado e intangível</b>		<b>89.455</b>	<b>-</b>	<b>89.455</b>	<b>66.658</b>

Composição das adições por tipo de gasto capitalizado	Material / equipamentos	outros	Total
Em Curso			
Terrenos	-	845	845
Edificação	-	2	2
Móveis e utensílios	-	1	1
Máquinas e equipamentos	9.579	-	9.579
Adiantamentos a fornecedores	1.346	-	1.346
Veículos	-	2	2
Intangíveis em curso	-	11.022	11.022
<b>Total do imobilizado e intangível em curso</b>	<b>10.925</b>	<b>11.872</b>	<b>22.797</b>

## 8. PARTES RELACIONADAS

### I – Outras Contas a Pagar - Passivos e despesas

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de Juros / Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Outras informações relevantes
<b>Transações com a Controladora</b>						
1	Outras contas a pagar x Outras despesas - Serviços de "back-office"	R\$ 19 Valor mensal	17/11/2014 a 17/11/2018	Multa de 2% a. m. + juros de mora / Atualização anual pelo IPCA	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante comunicação por escrito com antecedência mínima de 30 dias, na hipótese de recuperação judicial ou extrajudicial e/ou falência de uma das partes, independente de notificação judicial ou extrajudicial	Contrato em processo de aditamento
<b>Transações com empresas ligadas</b>						
2	Contrato de compartilhamento de instalações - CEMIG GT	R\$210 parcela única e R\$50 Valor mensal	12/11/2015 até a extinção da concessão de uma das partes	Atualização anual pelo IPCA	Não houve	O pagamento do valor mensal será devido a partir do início da operação comercial
REF	Contratos e outras transações			Passivo	Custos e Despesas	

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

		31/12/2018	31/12/2017	2018	2017
1	Serviços de "Back-office" - Taesa	25	25	306	297
2	Compartilhamento de instalações – CEMIG GT	-	-	-	210
		25	25	306	507

## II - Dividendos a pagar

Dividendos a pagar	31/12/2017	Dividendos obrigatórios	31/12/2018
Dividendos a pagar à Taesa	806	3.544	4.350

## III - Remuneração dos administradores

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os administradores da Companhia abdicaram qualquer tipo de remuneração pelo desempenho de suas funções.

## 9. PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões fiscais, aspectos cíveis e trabalhistas e outros assuntos.

	31/12/2017	Adições	Baixas	Reversões	31/12/2018
Cíveis	3.744	614	(23)	(172)	4.163

## 10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social - em 31 de dezembro de 2018 o capital social totalmente integralizado era de R\$87.416, representado por 87.416.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal (em 31 de dezembro 2017 o capital social era de R\$25.384, representado por 25.384.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal). Os titulares de ações ordinárias têm direito a um voto por ação nas Assembleias Gerais.

Data	Evento	Capital integralizado
16/02/2018	AGE – Aumento de capital	22.991
16/02/2018	AGE – Integralização de capital (baixa de AFAC)	39.041
		62.032

Reserva de lucros: (a) Reserva legal - constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, e (b) Reserva especial - de acordo com o parágrafo 5º do art. 202 da Lei nº 6.404/76, refere-se ao lucro não distribuído, apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, por ser o mesmo incompatível com a situação financeira da Companhia, tendo em vista que a mesma necessita de recursos para a conclusão da construção da linha de transmissão. Os valores correspondentes a essa reserva deverão ser pagos assim que a situação da Companhia financeira permitir, desde que não tenham sido absorvidos por prejuízos dos exercícios seguintes.

Remuneração aos acionistas - O estatuto social da Companhia prevê o pagamento de dividendos anual mínimo obrigatório de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício apurado na forma da Lei nº 6.404/76.

### Destinação do lucro do exercício e lucros acumulados

Ratificada pela AGO de 27/04/2018 (*)	31/12/2018	31/12/2017 (*)
Lucro do societário do exercício	14.922	2.776

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.  
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Ratificada pela AGO de 27/04/2018 (*)	31/12/2018	31/12/2017 (*)
Adoção inicial do CPC 47 – Lucros acumulados	36.833	-
	51.755	2.776
Reserva legal (5%)	(746)	(139)
Dividendos obrigatórios (25%)	(3.544)	(659)
Reserva especial	(47.465)	(1.884)
Compensação de prejuízos acumulados	-	(94)

A destinação do lucro do exercício é feita com base no resultado societário da Companhia.

## 11. PESSOAL E ADMINISTRADORES

Pessoal	2018	2017
Remuneração	-	(344)
Encargos	-	(126)
Outros benefícios	-	(26)
	-	(496)

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os administradores da Companhia abdicaram qualquer tipo de remuneração pelo desempenho de suas funções.

## 12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2018	2017
Imposto de renda e contribuição social correntes	(128)	(8)

Correntes - calculados sobre a receita bruta com base no regime do lucro presumido.

Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social	2018		2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional bruta	41.026	41.026	40.497	40.497
(+) Ajuste - Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09	(41.026)	(41.026)	(40.497)	(40.497)
Percentual	8%	12%	8%	12%
Demais receitas:				
Renda de aplicação financeira	432	432	33	33
Base de cálculo	432	432	33	33
Imposto de renda - 15%	(65)	-	(5)	-
Adicional de imposto de renda - 10%	(24)	-	-	-
Contribuição social - 9%	-	(39)	-	(3)
Total de despesa	(89)	(39)	(5)	(3)
Total de IRPJ e CSLL		(128)		(8)

## 13. COBERTURA DE SEGUROS

Tipo de Seguro	Seguradora	Vigência	Limite Máximo de Indenização	Danos Materiais - Valor em risco	Prêmio
D&O Responsabilidade civil de diretores e administradores	Zurich Seguros	19/09/18 a 18/09/19	15.000	-	-

### Seguro garantia de fiel cumprimento

A Companhia contratou seguro de fiel cumprimento dos prejuízos decorrentes do seu inadimplemento nas obrigações assumidas no contrato de concessão, exclusivamente no que se refere à construção, operação e manutenção de instalações descritas no referido contrato.

Leilão	Seguradora	Vigência	Valor Segurado
13/2013	J. Malucelli Seguradora S.A	01/04/2014 a 24/03/2019	5.350

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018  
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

## 14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### 14.1. Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos da Companhia visa identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela Administração. Esses riscos incluem o risco de capital, de mercado (risco de taxa de juros e outros riscos operacionais, quando aplicável), de crédito e de liquidez. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

### 14.2. Gestão do risco de capital

A Companhia administra seus capitais para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, e maximizar o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações.

### 14.3. Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2018	31/12/2017
<b>Ativos financeiros</b>		
Bancos	14	15
Mensurados a valor justo por meio de resultado		
- Títulos e valores mobiliários	2.839	403
	<b>2.853</b>	<b>418</b>
<b>Passivos financeiros</b>		
- Fornecedores	4.410	1.913

### 14.4. Risco de mercado

#### 14.4.1 Gestão do risco de taxa de juros

Para minimizar o risco de captação insuficiente de recursos com custos e prazos de reembolso considerados adequados, a Companhia monitora permanentemente o cronograma de pagamento de suas obrigações e a sua geração de caixa. Não houve mudança relevante na exposição da Companhia quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual ela administra e mensura esses riscos.

A Companhia está exposta às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre aplicações financeiras. Esse risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros e manutenção de um "mix" apropriado entre ativos e passivos denominados em taxa de juros pós-fixadas.

#### 14.4.2 Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros

As análises de sensibilidade foram elaboradas com base na exposição líquida da Companhia às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos relevantes, em aberto no fim do período deste relatório. Essas análises foram preparadas assumindo que o valor dos ativos e passivos a seguir estivesse em aberto durante todo o exercício, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	31/12/2018	Cenário provável em 31/12/2019
CDI (a)	6,40%	6,50%

(a) Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN (Relatório Focus - Mediana Top 5 de médio prazo), em 12 de abril de 2019 - Fonte externa independente.

Exposição líquida dos instrumentos financeiros não derivativos	31/12/2018	Efeito no LAIR - 2019- (redução) Provável
Títulos e valores mobiliários – CDI – Ativos financeiros	2.839	3

#### 14.5. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Esse risco é proveniente dos investimentos mantidos com bancos e instituições financeiras.

A Administração da Companhia entende que o risco de crédito do saldo mantido em caixa e equivalentes de caixa é limitado considerando que as contrapartes são representadas por bancos e instituições financeiras que possuem níveis de classificação de crédito ("ratings") satisfatórios, o que caracteriza uma grande probabilidade de que nenhuma contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

#### 14.6. Gestão dos riscos operacionais (fase de construção)

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial:

Riscos regulatórios - extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente.

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - a Companhia poderá incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades, dado que a Companhia pode depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

Risco de descontinuidade de um fornecedor específico que não tenha substituto no mercado - onde a Companhia possa ser obrigada a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa seus resultados operacionais. O objetivo da Companhia é o de administrar os riscos operacionais evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação, e buscar eficácia nos custos.

#### 14.7. Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos, (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços), e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não



Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

14.7.1 Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017	Hierarquia do valor justo
Ativos financeiros - Títulos e valores mobiliários	5	2.839	403	Nível 2

15. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Contratos para construção de linha de transmissão

Heliâncora Engenharia e Construções Ltda - No dia 11 de setembro de 2017, a MAR celebrou um contrato, cujo objeto é o fornecimento de serviços especializados de execução da montagem para torres em linhas de transmissão da Rede Básica, no valor de R\$10.350, com início a partir da emissão do Termo de autorização de início de serviço – TAS e vencimento em 31 de dezembro de 2018. A MAR não efetuou pagamentos durante o exercício de 2017 e durante o exercício de 2018 efetuou pagamento no montante de R\$140. Em 31 de dezembro de 2018 não possuía adiantamentos e contas a pagar com esse fornecedor.

C.A.Z. Construções Ltda-ME - No dia 1º de setembro de 2017, a MAR celebrou um contrato, cujo objeto é a prestação de serviços especializados de execução das fundações para torres em linhas de transmissão da Rede Básica, no valor de R\$18.570, com início a partir da emissão do Termo de autorização de início de serviço – TAS e vencimento em 31 de dezembro de 2018. A MAR não efetuou pagamentos durante o exercício de 2017 e 2018. Em 31 de dezembro de 2018 não possuía adiantamentos e contas a pagar com esse fornecedor.

Organiza Negócios Ltda-EPP - No dia 30 de agosto de 2017, a MAR celebrou um contrato, cujo objeto é o fornecimento de serviços especializados de execução da supressão vegetal e abertura de acessos em linhas de transmissão da Rede Básica, no valor de R\$2.122, com vencimento para 5 (cinco) meses a partir da emissão do Termo de autorização de início de serviço – TAS. A MAR não efetuou pagamentos durante o exercício de 2017 e 2018 e em 31 de dezembro de 2018 não possuía adiantamentos e contas a pagar com esse fornecedor.

O modelo de contratação foi alterado e em maio de 2018 e a MAR assinou contrato com a I.G. Transmissão e Distribuição de Energia S/A em substituição aos contratos da Heliâncora, CAZ e Organiza, conforme descrito abaixo.

I.G. Transmissão e Distribuição de Energia S/A - No dia 30 de maio de 2018, a MAR celebrou um contrato, cujo objeto é o fornecimento de todos os materiais de obra civil e a execução de todos os serviços necessários à completa implantação da concessão Mariana, no valor de R\$41.900. O contrato teve início na data de assinatura e sua vigência será até cumprimento integral de todas as obrigações previstas a I.G. A MAR efetuou pagamentos durante o exercício de 2018 no montante de R\$2.574 e em 31 de dezembro de 2018 possuía contas a pagar com esse fornecedor no montante de R\$82.

SAE Towers Brasil Torres de Transmissão Ltda - No dia 7 de agosto de 2017, a MAR celebrou um contrato, cujo objeto é o fornecimento de cadeias de cabos condutores e para-raios e materiais de aterramento, no valor de R\$1.292, com vencimento em 28 de fevereiro de 2018. Houve aditivo do contrato no valor de R\$1.405, estendendo o prazo final para 31 de dezembro de 2019. A MAR não efetuou pagamentos durante o exercício de 2017 e 2018 e em 31 de dezembro de 2018 não possuía adiantamentos e contas a pagar com esse fornecedor.

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.  
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Nexans Brasil S.A. - No dia 7 de março de 2016, a MAR celebrou um contrato, cujo objeto é o fornecimento de cabo condutor de alta tensão de liga de alumínio e de cabo CAA Dotterel, no valor final de R\$16.546 e com vencimento em 31 de dezembro de 2017. No exercício de 2017 a MAR efetuou pagamentos no montante de R\$8.497 e não efetuou pagamento durante o exercício de 2018. Em 31 de dezembro de 2018 não possuía adiantamentos e contas a pagar com esse fornecedor. Não houve prorrogação do contrato devido o escopo contratual ter sido atendido e o fornecimento encerrado.

Brametal S.A. - No dia 27 de julho de 2015, a MAR celebrou um contrato, cujo objeto é o fornecimento de torres metálicas treliçadas, no valor estimado de R\$13.650, com vencimento para 12 (doze) meses da assinatura do contrato, condicionado a emissão do TAS. Em 31 de dezembro de 2017 a MAR possuía com esse fornecedor contas a pagar no valor de R\$1.604 e efetuou pagamentos durante o exercício no valor de R\$12.520. Em 31 de dezembro de 2018 possuía com esse fornecedor contas a pagar no valor de R\$1.082.

## 16. OUTRAS INFORMAÇÕES

Aspectos ambientais – Em 06 de março de 2017 foi emitida a Licença Prévia do empreendimento. Em julho de 2017 foi requerida a Licença de Instalação à Superintendência Regional de Regularização Ambiental (SUPRAM/MG). Em 21 de dezembro de 2018 foi aprovada pelo Conselho Estadual de Política Ambiental de Minas Gerais (COPAM/MG), a emissão concomitante das Licenças de Instalação e Operação.

## 17. EVENTOS SUBSEQUENTES

Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) – Em 17 de janeiro de 2019 a Taesa aportou recursos na MAR por meio de AFAC, no valor de R\$3.780 mil. O AFAC foi aprovado na AGE da MAR de 16 de fevereiro de 2018.

## 18. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras societárias e as práticas adotadas nas demonstrações contábeis regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas nas duas demonstrações em questão. A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.  
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Balço Patrimonial	Nota explicativa	31/12/2018			31/12/2017		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Ativos</b>							
Ativos circulantes							
Equivalentes de caixa		14	-	14	15	-	15
Títulos e valores mobiliários		2.839	-	2.839	403	-	403
Impostos e contribuições sociais		271	-	271	240	-	240
Outras contas a receber		105	-	105	102	-	102
Total dos ativos circulantes		<u>3.229</u>	<u>-</u>	<u>3.229</u>	<u>760</u>	<u>-</u>	<u>760</u>
Ativos não circulantes							
Depósitos judiciais		3.817	-	3.817	3.840	-	3.840
Ativo financeiro de concessão	(i)	-	-	-	-	73.494	73.494
Ativo de contrato de concessão	(i)	-	154.011	154.011	-	-	-
Imobilizado	(iv)	67.490	(67.490)	-	55.715	(55.715)	-
Intangível	(iv)	21.965	(21.965)	-	10.943	(10.943)	-
Total dos ativos não circulantes		<u>93.272</u>	<u>64.556</u>	<u>157.828</u>	<u>70.498</u>	<u>6.836</u>	<u>77.334</u>
Total dos ativos		<u>96.501</u>	<u>64.556</u>	<u>161.057</u>	<u>71.258</u>	<u>6.836</u>	<u>78.094</u>
<b>Passivos</b>							
Passivos circulantes							
Fornecedores		4.410	-	4.410	1.913	-	1.913
Impostos e contribuições sociais		212	-	212	165	-	165
Dividendos a pagar		4.350	-	4.350	806	-	806
Outras contas a pagar		122	-	122	80	-	80
Total dos passivos circulantes		<u>9.094</u>	<u>-</u>	<u>9.094</u>	<u>2.964</u>	<u>-</u>	<u>2.964</u>
Passivos não circulantes							
Impostos e contribuições diferidos	(ii)	-	4.645	4.645	-	2.260	2.260
Tributos diferidos	(iii)	-	5.505	5.505	-	2.678	2.678
Provisões para contingências		4.163	-	4.163	3.744	-	3.744
Total dos passivos não circulantes		<u>4.163</u>	<u>10.150</u>	<u>14.313</u>	<u>3.744</u>	<u>4.938</u>	<u>8.682</u>
Patrimônio líquido							
Capital social		87.416	-	87.416	25.384	-	25.384
Reserva de lucros		50.234	-	50.234	2.023	-	2.023
Recursos destinados a aumento de capital		-	-	-	39.041	-	39.041
(Prejuízos) acumulados		(54.406)	54.406	-	(1.898)	1.898	-
Total do patrimônio líquido	(v)	<u>83.244</u>	<u>54.406</u>	<u>137.650</u>	<u>64.550</u>	<u>1.898</u>	<u>66.448</u>
Total dos passivos e do patrimônio líquido		<u>96.501</u>	<u>64.556</u>	<u>161.057</u>	<u>71.258</u>	<u>6.836</u>	<u>78.094</u>

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.  
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Demonstração do Resultado do Exercício	Nota explicativa	2018			2017		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita de construção		-	41.026	41.026	-	37.704	37.704
Remuneração do ativo financeiro		-	-	-	-	2.793	2.793
Receita bruta	(vi)	-	41.026	41.026	-	40.497	40.497
PIS e COFINS correntes e diferidos		-	(1.385)	(1.385)	-	(1.541)	(1.541)
Tributos e encargos	(vii)	-	(1.385)	(1.385)	-	(1.541)	(1.541)
Receita operacional líquida		-	39.641	39.641	-	38.956	38.956
Material e outros custos de construção	(viii)	-	(22.797)	(22.797)	-	(36.266)	(36.266)
Custos operacionais		-	(22.797)	(22.797)	-	(36.266)	(36.266)
Pessoal		-	-	-	(496)	-	(496)
Serviços de terceiros		(947)	-	(947)	(464)	-	(464)
Outras despesas operacionais, líquidas		(70)	-	(70)	(5)	-	(5)
Despesas operacionais		(1.017)	-	(1.017)	(965)	-	(965)
Resultado da atividade		(1.017)	16.844	15.827	(965)	2.690	1.725
Receitas financeiras		432	-	432	33	-	33
Despesas financeiras		(40)	-	(40)	(104)	-	(104)
Receitas financeiras, líquidas		392	-	392	(71)	-	(71)
Resultado antes dos impostos e contribuições		(625)	16.844	16.219	(1.036)	2.690	1.654
Imposto de renda e contribuição social	(ix)	(128)	(1.169)	(1.297)	(8)	1.130	1.122
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(x)	(753)	15.675	14.922	(1.044)	3.820	2.776

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

(i) Ativo de contrato de concessão e Ativo financeiro de concessão

A Companhia aplicou o CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes, a partir de 1º de janeiro de 2018, com base no método retrospectivo modificado. Os impactos advindos desta aplicação, referem-se basicamente a reclassificação dos saldos anteriormente registrados como ativos financeiros, para ativos de contrato de concessão.

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. A receita da Companhia é classificada no seguinte grupo:

a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado, todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 (para o exercício de 2018) e da ICPC 01 (R1) (para o exercício de 2017) foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos e PIS e COFINS diferidos) correspondentes.

(ii) Impostos e contribuições sociais diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 e da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso IR e CSLL diferidos.

(iii) Tributos diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso, PIS e COFINS diferidos.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(iv) Imobilizado e Intangível

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 e da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção do CPC 47 e da ICPC 01 (R1) nas demonstrações financeiras societárias, o ativo imobilizado/intangível da Companhia foi reconhecido como ativo de contrato de concessão (CPC 47) e ativo financeiro de concessão (ICPC 01 (R1)), vide nota de ajuste (i). Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado e/ou intangível. As premissas específicas para o ativo imobilizado/intangível regulatório são: (i) Garantir que o ativo imobilizado/intangível não seja afetado pelo CPC 47 e pela ICPC 01 (R1); e (ii) Que os ativos estejam registrados contabilmente pelo valor homologado pela ANEEL.

(v) Patrimônio Líquido

Saldo referente à diferença entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória, decorrente dos efeitos das aplicações do CPC 47 e da ICPC 01 (R1), líquido de impostos, reconhecido para fins societários e não considerado nas demonstrações contábeis regulatórias.

Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório	31/12/2018	31/12/2017
Patrimônio líquido societário	137.650	66.448
Ativo financeiro de concessão (ICPC 01 (R1))	-	(73.494)
Ativo de contrato de concessão (CPC 47)	(154.011)	-
Imobilizado e intangível (CPC 47 e ICPC 01 (R1))	89.455	66.658
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (CPC 47 e ICPC 01 (R1))	4.645	2.260
Tributos diferidos - PIS e COFINS (CPC 47 e ICPC 01 (R1))	5.505	2.678
Patrimônio líquido regulatório	83.244	64.550

(vi) Receita bruta

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de operação e manutenção, receita de construção e indenização, remuneração do ativo de contrato de concessão, correção monetária do ativo de contrato de concessão, remuneração do ativo financeiro de concessão e correção monetária do ativo financeiro de concessão, quando aplicável, decorrentes das aplicações do CPC 47 e da ICPC 01 (R1). A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão, na fase de operação e os efeitos do CPC 47 e da ICPC 01 (R1) são desconsiderados.

(vii) Tributos e encargos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 e da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso, PIS e COFINS diferidos.

(viii) Custos operacionais

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 e da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo o custo de construção e os gastos de melhoria registrados no resultado no grupo de "Custos operacionais" na rubrica "Material", quando aplicável. Para fins regulatórios, esses gastos de melhoria, que não possuem RAP adicional são capitalizados e registrados como ativo imobilizado conforme o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, quando aplicável.

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.  
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

As despesas de depreciação e amortização referentes ao ativo imobilizado e/ou intangível, reconhecidas para fins regulatórios, são apropriadas ao resultado conforme disposto no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

(ix) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 e da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso, IR e CSLL diferidos.

(x) Lucro (Prejuízo) do exercício

Conciliação do lucro (prejuízo) societário e regulatório	2018	2017
Lucro societário do exercício	14.922	2.776
Receita bruta (CPC 47 e ICPC 01 (R1))	(41.026)	(40.497)
Tributos e encargos - PIS e COFINS (CPC 47 e ICPC 01 (R1))	1.385	1.541
Custos operacionais - Materiais e outros custos de construção (CPC 47 e ICPC 01 (R1))	22.797	36.266
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (CPC 47 e ICPC 01 (R1))	1.169	(1.130)
(Prejuízo) regulatório do exercício	(753)	(1.044)

A diferença entre o resultado auferido na contabilidade societária para aquele apurado para fins regulatórios decorre dos efeitos das aplicações do CPC 47 e da ICPC 01 (R1), líquido de impostos, reconhecido para fins societários e eliminado nas demonstrações contábeis regulatórias.

\* \* \* \* \*

Diretoria	
Nome	Cargo
Marco Antônio Resende Faria	Diretor sem denominação
Marcus Pereira Aucélio	Diretor sem denominação
Raul Lycurgo Leite	Diretor sem denominação

Wagner Rocha Dias  
Contador  
CRC-RJ-112158/O-3  
CPF nº 778.993.777-49